

Pronunciamento

(Do Sr. Deputado Chico Alencar, PSOL/RJ)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham:

O Dia da Mentira surgiu na França. Ali, desde o começo do século XVI, o Ano Novo era festejado no dia 25 de Março, data que marcava a chegada da primavera. As festas duravam uma semana e terminavam no dia 1 de abril.

Em 1564, com a adoção do calendário gregoriano, o rei Carlos IX absolutista como ele só, determinou que o Ano Novo seria comemorado no dia 1º de janeiro.

No início, a confusão foi grande, pois não existiam meios de comunicação de massa. Não havia rádio, televisão, nem jornal: a criação da imprensa, por Gutenberg, só aconteceu muitos anos depois.

Alguns franceses resistiram à mudança, pelo seu artificialismo, e continuaram a seguir o calendário antigo, pelo qual o ano iniciaria em 1 de abril. Mas... ordem de Rei não volta atrás.

Gozadores passaram então a ridicularizar os resistentes, enviando no 1º de abril presentes esquisitos e convites para festas que não existiam. Essas brincadeiras ficaram conhecidas como “plaisanteries”.

No Brasil, o 1º de abril começou a ser difundido em Pernambuco, onde circulou “A Mentira”, um periódico de vida efêmera, lançado em 1º de abril de 1848. Ali vinha a notícia do falecimento de Dom Pedro II, desmentida no dia seguinte. “A Mentira” saiu pela última vez em 14 de setembro de 1849, convocando todos os credores para um acerto de contas no dia 1º de abril do ano seguinte, dando como endereço um local inexistente.

Além das brincadeiras populares com o Dia da Mentira, que devem ser louvadas, pois a vida não pode ser levada com sisudez, quero, Sr. Presidente, denunciar a mentira oficial, o engano legal, a farsa dos acordos assinados e não cumpridos. Isso é muito sério.

Por isso, a data está sendo marcada como um dia nacional de luta dos movimentos sociais, populares e sindicais contra as “mentiras do governo”.

É o caso do termo de compromisso, com vistas à fixação de nova tabela de subsídios das carreiras jurídicas, assumido pelo governo federal, por meio do Ministério do Planejamento e da Advocacia Geral da União com as entidades associativas integrantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, desde 1 de novembro de 2007, que até agora não foi cumprido, com seguidas protelações. O governo federal não honra sua palavra e joga os advogados públicos na justa greve pela verdade na administração.

O 1º de abril é também um dia de luta contra a transposição das águas do São Francisco. Conferência, realizada em Sobradinho (BA), em fevereiro, definiu este evento e denunciou ainda uma vez, a mentira oficial: “o Projeto de transposição do São Francisco não vai acabar com a sede dos nordestinos. O projeto é para satisfazer as grandes empreiteiras, que vão ganhar milhões de reais. Esse dinheiro seria melhor investido em obras menores e mais eficientes,



A4583AB143

que respeitam o meio ambiente. A transposição do rio vai beneficiar os latifundiários e grandes produtores rurais do Nordeste, que vão receber 95% da água desviada do curso do rio”.

Infelizmente, Sr. Presidente, não é mentira, o que gostaríamos que fosse: o assassinato do dirigente do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, no Paraná, Eli Dallemole, 42 anos. Morto, a sangue frio, por dois homens encapuzados, no assentamento Liberdade Camponesa, em sua própria casa, junto a mulher e filhos. Eli é mais uma vítima da barbárie dos poderosos e seus capangas criminosos. Esta bárbara execução não pode ficar impune!

Agradeço a atenção,

Sala das Sessões, 01 de abril de 2008.

Chico Alencar
Deputado Federal, PSOL/RJ



A4583AB143